

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXXXX.**

**Fulana de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do RG nº. XXXXX - XXX-XX, inscrita no CPF sob o nº. XXXXXXXX, domiciliada e residente na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefone: (XX)XXXXXX, (XX) XXXXX, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da ***Defensoria Pública do Distrito Federal - Núcleo de XXXXXX***, nos termos da legislação vigente, ajuizar a presente:

**AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA**  
**(com pedido de tutela provisória de urgência)**

em face de **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, telefone (XX) XXXX, residente e domiciliado no condomínio XXXXXXXXXXXX, CEP XXXXX em benefício da menor impúbere, **fulana de tal**, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

**LEGITIMIDADE ATIVA**

A menor **Fulana de tal**, nascida em XX/XX/XXXX, é filha de **Mãe de tal e Pai de tal**, conforme consta da inclusa certidão de nascimento.

## DOS FATOS

A requerente é a genitora da menor. A menor encontra-se hoje com XX (XXXX) anos de idade. Informa-se que a genitora da menor, ao separar do pai da menor ficou sem moradia própria e sem emprego, necessitando morar de favor na casa dos outros, dormindo em qualquer lugar e residindo com várias pessoas até conseguir reestabelecer sua vida, motivo pelo qual a guarda da menor ficou com o genitor, conforme sentença nos autos de nº XXXXXXXXXX (anexa).

**Insta frisar que a requerente só abriu mão provisoriamente da guarda da menor porque não queria que a filha passasse por necessidades ou sofresse qualquer tipo de dificuldade residindo no ambiente que a mãe se encontrava no momento,** prevenindo a menor de mais sofrimentos, embora o sentimento materno fosse de permanecer com a mesma em todo tempo.

Após os últimos anos vivendo com dificuldades, atualmente a mãe da menor se reestabeleceu na vida, se encontra trabalhando como doméstica e consegue mesmo não auferindo uma ótima renda, custear o sustento da menor Fulana de tal e de sua outra filha Fulana de tal. A prioridade da requerente é ter suas filhas junto a ela, não importando se todo seu dinheiro seja dedicado às mesmas, pois é seu prazer é ter suas filhas juntas a ela após anos sem a convivência diária com sua filha Fulana de tal.

Além da vontade da mãe em ter sua filha Fulana de tal todos os dias consigo para protegê-la e estreitar os laços de afeto já existentes entre as mesmas, **é de tamanha urgência a vontade da requerente em pleitear a guarda de sua filha, pois a mesma vem sofrendo violência por parte de seu pai, violência essas de conhecimento do conselho tutelar, da polícia, de testemunhas e da escola.**

A menor Fulana de tal relatou a mãe que apanhou de seu pai pela primeira vez quando tinha X (XXXX) anos de idade, entretanto a mãe não

imaginava a gravidade dos fatos, pois sua filha omitia detalhes. Entretanto, no fim de XXX a filha começou a se queixar da forma de que era tratada pelo pai, que isso não lhe agradava e a mãe ficou em alerta. Por fim, nas últimas semanas a menor começou a relatar que apanhava do pai há anos, e passou a pedir para morar com a mãe para que parasse de sofrer junto ao pai.

Desde então a mãe iniciou sua busca para conseguir a guarda de sua filha, utilizando-se de todos os meios para provar os espancamentos sofridos pela menor. **O fato mais recente ocorreu no dia XX de XXXXXX, quando a requerente ao ir embora do trabalho recebeu uma ligação de sua filha chorando contando que o pai tinha lhe batido muito e que tinha deixado marcas (fotos anexas)**, e ao perguntar a sua filha o motivo pelo qual o pai dela fez isso a filha disse “porque eu não quis comer salada mãe”.

**Durante a ligação da filha para mãe, o pai ouviu e perguntou para filha “tá falando com quem? A filha respondeu: “Com a minha mãe”!”. Nesse momento o pai deferiu a seguinte frase: “para de falar com essa vagabunda”, e no mesmo instante deu outro tapa na cara da filha, tomou o telefone e passou a ofender a requerente através da ligação.**

Imediatamente a requerente se dirigiu a residência do requerido para interferir no espancamento e salvar sua filha. Ao chegar ao local, toda a família do requerido estava presente, inclusive a mãe do requerido que estava com um pau na mão para impedir que o mesmo continuasse espancando sua filha, e ela dizia “você não sabe corrigir! Deixar marcas, enforcar e puxar os cabelos não são jeito de corrigir”.

**A requerente ao ver toda cena pediu que a filha arrumasse seu material escolar e pegasse seu uniforme porque ela iria para casa da mãe naquele momento. O pai ainda interferiu, segurou no braço da menor e disse “você que ir? Então acompanha essa vagabunda”. Após retirar sua filha do local, a requerente registrou**

**boletim de ocorrência denunciando o requerido por violência doméstica, momento do qual o IML constatou a violência sofrida e o juízo deferiu medida protetiva contra o requerido em favor da requerente e de sua filha (documento anexo).**

Desde então, a menor se encontra com a genitora, não querendo de forma alguma retornar para casa do pai por medo de ser espancada. Diante da gravidade dos fatos, da medida protetiva imposta e das condições atuais da mãe em sustentar sua filha, esta deseja ter a guarda da menor de forma a continuar perpetuando o afeto e o cuidado entre as entre elas, além de proteger sua filha de qualquer violência. O direito de família baseia-se no princípio do melhor interesse da criança, sendo nítido neste caso, que o melhor interesse da menor é residir com sua mãe, onde tem todos os seus anseios supridos.

Desta forma, ao final deverá ser deferida a guarda da filha, de forma unilateral a favor da Requerente, devendo serem restringidas as visitas por parte do requerido à filha também através deste juízo, **até que fique efetivamente comprovado que o Requerido possui plenas condições de ter a filha em sua companhia sem que o fato possa lhe trazer qualquer trauma ou prejuízo para sua saúde física e psicológica.**

## **BENEFÍCIO DA CRIANÇA**

A guarda é o instituto que visa prestar assistência material, moral e educacional ao menor, além de dar capacidade jurídica para defender em juízo os seus interesses, regularizando a posse de fato. O que se impõe é que o interesse da criança seja preservado.

Com a concessão da guarda unilateral a Requerente, a menor será mantida num ambiente estável e seguro, a fim de estabelecer dentro de si a segurança emocional e psicológica necessária ao seu regular desenvolvimento da sua formação social e moral, não retornando a um ambiente violento e que lhe trás sofrimento, tendo amor e proteção.

## DO DIREITO

O instituto da guarda é regulamentado nos artigos 28 e 33 da Lei n. 8.069-90 (Estatuto de Criança e do Adolescente):

**Art. 28.** *A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.*

**Art. 33.** *A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.*

O Código Civil também disciplina a questão, admitindo a guarda àquele que revelar melhores condições para exercê-la, observando a relação de afinidade e afetividade com a criança.

*Art. 1584. Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.*

*Parágrafo único. **Verificando que os filhos não devem permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, o juiz deferirá a sua guarda à pessoa que revele compatibilidade com a natureza da medida, de preferência levando em conta o grau de parentesco e relação de afinidade e afetividade, de acordo com o disposto na lei específica. Grifei.***

A jurisprudência do TJDF/T também enxerga a possibilidade de alteração de guarda quando o detentor da mesma não tiver dando assistência ao menor, priorizando o melhor interesse da criança.

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REVISÃO DE GUARDA. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. GUARDA UNILATERAL À GENITORA 1. A guarda deve observar o melhor interesse da criança e sua alteração deve ocorrer quando verificado que o seu detentor não está lhes prestando a devida assistência moral, educacional e material. 2. Negou-se provimento ao apelo do réu. (TJ-DF 20160111210183 - Segredo**

de Justiça 0016477-25.2016.8.07.0016, Relator: SÉRGIO ROCHA, Data de Julgamento: 12/06/2019, 4ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/06/2019 . Pág.: 217/219)

Diante do caso narrado cabe ressaltar ainda, que a menor está na casa da mãe há 15 (quinze) dias, e **que além da medida protetiva imposta a menor não quer mais ver o pai**, o que justifica o pedido de restrição de visitas por parte do requerido também através desse juízo, **até que fique efetivamente comprovado que o Requerido possui plenas condições de ter a filha em sua companhia sem que o fato possa lhe trazer qualquer trauma ou prejuízo para sua saúde física e psicológica, CONFORME ENTENDIMENTO DA JURISPRUDÊNCIA:**

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS E OFERTA DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA MENOR. DIREITO DE VISITA DO GENITOR. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA. 1. A suspensão do direito de visitas do genitor à filha até conclusão do feito, em virtude de indícios veementes de exposição da infante a possíveis práticas abusivas, encontra respaldo no princípio do melhor interesse do menor. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-GO - AI: 04482635720188090000, Relator: AMARAL WILSON DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 22/03/2019, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 22/03/2019)*

Em face do pedido provisório de modificação de guarda, se faz necessário também o arbitramento de alimentos provisórios, conforme a jurisprudência adota:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA C/C ALIMENTOS PROVISÓRIOS. TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA SEM CONTRADITÓRIO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA EM SEDE DE URGÊNCIA. INCAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE NÃO DEMONSTRADA. ALIENAÇÃO PARENTAL. DECISÃO MANTIDA. 1. Para a concessão da tutela de urgência devem ficar demonstrados a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo*

(artigo 300 do Código de Processo Civil). Ademais, no caso, seu deferimento não configura afronta ao devido processo legal, por se tratar de medida excepcional, não cabendo a aplicação do princípio da não surpresa. 2. Considerando que a guarda do infante deve ser definida tendo por base o bem estar e os interesses do menor, entendo que no presente caso deve ser mantida a guarda compartilhada entre os genitores, resguardando a convivência da criança com a família paterna e materna, eis que a modalidade anteriormente avençada (período diurno com a genitora e período noturno com o genitor) não mais atendia os interesses da criança. 3. Manutenção da guarda compartilhada terá como lar de referência o materno, conforme decidiu a magistrada a quo, ficando com a genitora de segunda-feira a sexta-feira, devendo entregar a filha ao autor às 08h00 do sábado, permanecendo até domingo às 20h00, de forma alternada, bem como feriados e datas comemorativas, situação que deve ser mantida até nova redefinição pela magistrada de origem, a qualquer tempo, caso necessário. 4. **Os alimentos provisórios arbitrados em 40% do salário-mínimo devem ser mantidos, ante a ausência de provas da alegada impossibilidade financeira do alimentante em sede recursal. Ademais, ressalte-se o caráter provisório da decisão, que poderá ser alterado após indispensável instrução processual.** 5. A prática de alienação parental por quaisquer das partes ou de quem convive com a criança (avó e tios maternos), como também a demonstração de atitudes ameaçadoras ou que indiquem maus-tratos por parte da madrasta são fatos que deverão ser informados à magistrada de primeiro grau e poderão importar em modificação imediata da guarda do menor. AGRADO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - AI: 04984247120188090000, Relator: SANDRA REGINA TEODORO REIS, Data de Julgamento: 15/05/2019, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ de 15/05/2019)

## **DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA**

A tutela provisória de urgência é medida que se impõe quando se fazem presentes os pressupostos do art. 300 e ss do CPC. Pelo regramento processual, basta que o juiz faça uma sumária cognição para deferir a tutela de urgência.

No caso em tela, a **probabilidade do direito** encontra-se evidenciada, na medida em que os documentos anexos comprovam que a

Requerente é mãe da menor e possui os requisitos necessários para exercer a sua guarda.

O **periculum in mora**, do mesmo modo, está configurado pela ausência de condições do pai em criar a filha de maneira satisfatória, bem como pela necessidade de proteção a integridade física da menor, diante da medida protetiva imposta em benefício desta em detrimento do pai, prezando assim pela necessidade de defesa dos interesses da menor, principalmente aqueles relacionados à sua segurança, bem estar social, psicológico e emocional.

A tutela provisória de urgência ora pleiteada, como visto, se reveste de caráter urgente, fazendo-se necessária a sua concessão, como meio de evitar prejuízos ainda mais sérios a menor. E, corroborando o pleito da mãe, temos o entendimento do TJDF, vejamos:

Em situações como essa, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, inteligentemente, tem adotado o posicionamento de que a tutela de urgência na modificação de guarda pode ser deferida para preservar a integridade física e psíquica do menor:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO. CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. TUTELA DE URGÊNCIA. GUARDA PROVISÓRIA CONCEDIDA AOS TIOS-AVÔS. RECURSO DA GENITORA. 1. A **tutela provisória de urgência deve ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano** ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do CPC. No caso, **não merece reparo a decisão que concedeu a guarda provisória da menor, à vista dos documentos que corroboram a necessidade da medida com vistas a preservar a integridade física e psíquica da adolescente**. 2. Agravo conhecido e não provido.(TJ-DF 07001406020188079000 DF 0700140-60.2018.8.07.9000, Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES, Data de Julgamento: 28/06/2018, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 03/07/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)*



## DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

b) **a concessão da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 e ss, do CPC, *inaudita altera pars*, para se deferir a guarda provisória da criança **Fulana de tal** a Requerente, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, que seja designada audiência de justificação com máxima urgência possível;**

d) A citação do Requerido, para comparecerem a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse da Requerente na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

e) a intervenção do Ministério Público;

f) **ao final a demanda seja julgada procedente para confirmar a tutela provisória de urgência e deferir a guarda definitiva, da menor **Fulana de tal** a Requerente sendo ainda, restringidas as visitas por parte do requerido à filha também através deste juízo, até que fique efetivamente comprovado que o Requerido possui plenas condições de ter a filha em sua companhia sem que o fato possa lhe trazer qualquer trauma ou prejuízo para sua saúde física e psicológica.**

f) a condenação do Requerido no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos ao PRODEF;

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, realização de estudo pelo Serviço Psicossocial Forense do TJDFT e outras que se fizerem necessárias.

Valor da causa: R\$ XXXXX

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXX-XX,      XX/XX/XXXX    XX:XX:XX

**Fulano de tal**  
*Primeira Requerente*

Fulano de tal  
*Matrícula XXXXXX*

**Fulano de tal**  
*Defensor Público*

***ROL DE TESTEMUNHAS:***

**Fulana de tal**, residente e domiciliada no XXXXXXXXXX CEP XXXXX, telefone (XX)XXXXXX;

**Fulana de tal**, residente e domiciliada no XXXXXXXXX, telefone (XX) XXXXXXXX;

**Fulana de tal**, residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXX, XXXXXXX CEP XXXXXXX, telefone (XX) XXXXXXXX;

